

REDES SOCIAIS COMO UMA PROPAGAÇÃO LGBTFÓBICA: UMA ANÁLISE POSSÍVEL A PARTIR DE UM CASO NA ESCOLA

Letícia da Silva Paz¹

Glauber Carvalho da Silva²

Anderson José de Paula³

RESUMO

Este artigo propõe analisar comentários realizados no Twitter e no Facebook acerca da notícia publicada pelo UOL e G1, que traz as agressões que um aluno sofreu numa escola, em Campinas, após sugerir debate com o tema LGBTQIAP+ em um grupo escolar de WhatsApp, em 2021. Para tanto, duas questões orientam essa busca: quais os tipos de comentários que emergem em redes sociais diversas sobre uma mesma matéria de temática LGBTQIAP+ publicada por diferentes tipos de jornais on-line? De que forma estes comentários em redes sociais sobre uma notícia do universo LGBTQIAP+ podem gerar gestos de resistência frente a discursos conservadores? Diante disso, foram selecionados e tabulados por eixos temáticos 111 comentários, no qual esse trabalho irá perpassar por aqueles que (1) colocam a escola como um ambiente onde não deve ser trabalhado as questões de gênero e sexualidade; (2) são diretamente homofóbicos; (3) demonstram a presença de um conservadorismo religioso contra o aluno; ou (4) acreditam que a escola tem potencial para colaborar na luta contra a LGBTfobia. Logo, o gesto interpretativo e analítico proposto problematiza como os meios digitais podem ser propagadores de estigmas e preconceitos, trazendo à baila a relevância de promover a educação sexual no ambiente escolar e apresentando-a como um gesto de resistência frente a LGBTfobia que circunscreve a escola. Sendo assim, defendemos que, a partir de

1 Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – USP, leticia.paz@iseemear.org.br;

2 Graduando do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade de São Paulo – USP, glaubercarvalho90@gmail.com;

3 Doutorando do Curso PPGLetras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Mestre do Curso PROFLETRAS da mesma universidade – UFMS, profajpletras@gmail.com.

uma Educação que trabalhe as questões de gênero e sexualidade é possível esperar uma sociedade mais justa e respeitosa para com as pessoas LGBTQIAP+.

Palavras-chave: LGBTfobia, Gênero, Sexualidade, Educação sexual, Resistência.

INTRODUÇÃO

A delimitação dos poderes, que é amplamente disseminada, seria de três poderes que caracterizam a democracia (Executivo, Legislativo, Judiciário) e sutilmente a de um quarto poder que se caracterizaria pela imprensa e a forma com que ela consegue controlar os outros três e influenciá-los (João Moraes, 2019). Para além disso, a imprensa ainda possui vinculações governamentais ou com grandes corporações (Moraes, 2019) e expressam através de seus veículos informacionais informações que condizem com a sua identidade (Yulian Souza; Raquel Moreira; Hildeliza Cabral; Carlos Souza, 2018). No entanto, conforme assevera Moraes (2019), tem-se discutido a existência de um Quinto Poder, que seria a manifestação de grupos sociais no ambiente *online*, mas que consegue transfigurar-se para a realidade *offline*.

Esse autor explica que o Quinto Poder é independente do Estado e das grandes corporações e serve como uma forma de controlar os quatro poderes. Para ele, uma forma de entendermos esse poder é através dos *cyberprotest*, porque tais protestos possuem como característica o envolvimento de pessoas diferentes na busca do alcance de um objetivo em comum; são feitos no ambiente online que “(...) é concebido como mais amigável, flexível, relativamente barato, rápido, conveniente, interativo e permite uma participação igualitária entre seus usuários, uma vez que é descentralizado” (Moraes, 2019, p. 166).

Com o exposto acerca do Quinto Poder, podemos refletir sobre o impacto do uso das redes sociais, pois o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) possibilita maior facilidade de divulgação de conteúdos (Moraes, 2019). Assim, quando se apropriam delas para a divulgação de preconceitos ligados a população LGBTQIAP+ está ocorrendo, em concomitância, um movimento de obstinação do conservadorismo social com um alcance expressivo.

Souza *et al.* (2018) explicam que as redes sociais permitem uma interação entre as pessoas mais rapidamente, pois essas se concentram no enxugamento exponencial da distância entre indivíduos⁴. Positivamente, esses meios de interação tornaram-se viabilizadores das vozes que estavam em surdina, como das pessoas LGBTQIAP+. Em contrapartida, Thiago Caminada (2015) coloca que mesmo com as redes sociais sendo ambientes em que as pessoas se sentem com maior liberdade para se expressarem, ou seja, um espaço democrático, es

4 Neste artigo, a autora e os autores fazem a opção em utilizar a linguagem neutra, como um posicionamento em respeito a todas as identidades de gênero, quando não se necessita a demarcação específica de gênero.

comentadores estão aderindo uma alarmante posição, ao agirem negativamente e civilmente errado, como na promoção do desrespeito.

Hodiernamente, a homofobia se faz presente nas relações sociais, estando em diversas esferas da sociedade, colocando-se como um objeto do senso comum e que “pode ser discernida como o medo algoz de que a identidade “homossexual” possa a ser reconhecida e/ou socialmente valorizada” (Souza *et al.*, 2018, p. 5). Congruentemente, nesse artigo entende-se a LGBTfobia como o preconceito destinado as pessoas LGBTQIAP+, por essas vivenciarem suas identidades de gênero e orientações sexuais, que fogem da cisheteronormatividade, isso é, a ideia de que existe apenas uma forma correta e normal de ser e existir – em outras palavras, a noção de que as pessoas devem ser heterossexuais e refletirem a cisgeneridade.

Tal preconceito tem sido encontrado e fortalecido nas redes sociais, porque tem sido propagada a noção de uma liberdade de fala que independe das consequências e da veracidade da informação; tem-se a utopia de que qualquer fala é válida, mesmo que essa seja destrutiva às identidades das pessoas e, então, um crime: possibilitando o crescimento preocupante da dilatação de discursos de ódio, principalmente em sites que permitem o anonimato (Souza *et al.*, 2018). Dessarte, no que se refere ao âmbito das redes sociais

O justo não é ter liberdade irrestrita, é participar e deliberar de acordo com princípios de respeito, reciprocidade, imparcialidade e simetria, os quais contribuem para promover os direitos e deveres de todos (...) é preciso discernir que as redes sociais devem ser o espaço ideal para promover as condições ideais de harmonia social, cultural e de respeito à dignidade humana, não para a disseminação do ódio e da discriminação que só resulta na desagregação e fragmentação da sociedade que a faz (Souza *et al.* 2018, p. 4).

Sendo assim, este artigo busca entender: quais os tipos de comentários que emergem em redes sociais diversas sobre uma mesma matéria de temática LGBTQIAP+ publicada por diferentes tipos de jornais on-line? De que forma estes comentários em redes sociais sobre uma notícia do universo LGBTQIAP+ podem gerar gestos de resistência frente a discursos conservadores? Para tanto, foram analisados comentários de três notícias divulgadas em grandes veículos brasileiros de informação, a respeito de um acontecimento numa escola em Campinas, cidade do estado de São Paulo, em 2021: um garoto durante o período de isolamento social, dada a pandemia da Covid-19, no mês de junho (o qual se comemora o Mês do Orgulho LGBTQIAP+), sugeriu em grupo da turma no *WhatsApp* que fosse feito um trabalho com a temática LGBT. Esse sofreu cerceamentos e represálias

des responsáveis de alunes que estavam no grupo e da coordenadora da escola, com o argumento de que nas escolas não se deve tratar este tema.

METODOLOGIA

A partir da notícia-mote da qual emergiram os comentários nas redes sociais (*Facebook* e *X*, o antigo *Twitter*), sutilmente supracitada, em meados de junho e julho de 2021 foram levantados e tabelados por eixos temáticos 111 comentários, que se estabelecem como o objeto de pesquisa e investigação deste artigo. Vale a ressalva de que os comentários elencados se deram a partir da delimitação dos eixos que propusemos a analisar (conforme se explora adiante na Tabela 1) e da temporalidade. Diante disso, neste artigo a autora e autores decidiram perpassar por aqueles que (1) colocam a escola como um ambiente onde não deve ser trabalhado as questões de gênero e sexualidade; (2) são diretamente homofóbicos; (3) demonstram a presença de um conservadorismo religioso contra o aluno; ou (4) acreditam que a escola tem potencial para colaborar na luta contra a LGBTfobia; constituindo então o *corpus* para a análise. Logo, quatro comentários foram especificados para investigação e serão discutidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No dia 14 de junho de 2021, o portal de notícias UOL noticiou o caso em que um garoto de 11 anos sofreu preconceito após sugestão de trabalho com tema LGBT em grupo da escola. Nesse caso, es responsáveis de alunes e a própria coordenadora da escola achou um absurdo levar tal assunto para dentro da sala de aula, a notícia teve grande repercussão nas redes sociais e gerou comentários. Outros portais também notificaram o ocorrido.

Nesse sentido, Michel Foucault (1996, p. 09) diz: “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. Tal fala se faz atual, visto o que houve, onde o menino foi impedido de comentar determinado assunto e, no recorte feito, a maioria das pessoas concordaram com tal “silenciamento”.

Diante desse cenário, foram investigados comentários de três notícias, publicadas em dois portais de alto alcance e, portanto, notoriedade no Brasil: duas estão vinculadas ao G1 e a outra pelo UOL, destrinchada nesse tópico do artigo. Dessa forma, a Tabela 1 ilustra a organização dos comentários por eixos temáticos (linhas), segundo veículos de informação e rede sociais (colunas).

Tabela 1 – Quantitativo dos comentários por eixos temáticos

	G1-X ⁵	UOL - Facebook ⁶	G1-X ⁷
É a família que deve ensinar	1	1	-
O assunto não é para escola ou crianças	1	8	6
Diretamente homofóbicos	5	5	7
Reverbera estigmas	4	5	-
Favoráveis ao menino	4	31	2
Comentários que usam o lado político	2	4	-
Comentários que usam o lado religioso	-	11	-
Escola é solução	3	10	1

Fonte: Elaborado pela autora e autores.

A fim de problematizar como os meios digitais podem ser propagadores de estigmas e preconceitos às pessoas LGBTQIAP+, quatro comentários presentes nesse levantamento foram elencados para análise e discussão. É sabido que, ainda é comum a ideia de que o papel da escola é, unicamente, o desenvolvimento de cognições das matrizes curriculares básicas sem o envolvimento dela com as questões sociais. O comentário abaixo reforça essa noção.

“meu filho na escola vai aprender matemática, física, etc....o respeito pelo ser humano deve ser independente de tudo Nosso país nunca terá um prêmio Nobel, estamos alienando nossas crianças.”

Entretanto, o Art. 205 da Constituição Federal de 1988 promulga que

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Para além disso, Lurdes Tomaz e Rita Oliveira (2009) colocam que a escola é um local de transformação, que tem papel de oportunizar es jovens, que viabilizem a instauração de uma sociedade mais justa e, portanto, permita que todes gozem dos mesmos direitos; que antes de tornar-se e estudante uma cidadane é necessário que se coloque em prática a cidadania no ambiente escolar, fomentando que

5 Ver: <https://twitter.com/g1/status/1406190021464399875> - Acesso em 23/10/2023.

6 Ver: <https://www.facebook.com/UOLNoticias/posts/5672936229387813> - Acesso em 23/10/2023.

7 Ver: <https://twitter.com/g1/status/1407737718025572362> - Acesso em 23/10/2023.

todes lutem pela aquisição de seus direitos, pois “O papel da escola não é só propiciar o conhecimento intelectual que faz parte de sua grade curricular” (Tomaz; Oliveira, 2009, p. 09).

Perante isso, vale a reflexão: como a população LGBTQIAP+ será respeitada e poderá gozar de seus direitos na sociedade brasileira, ter a sua cidadania respeitada, se nem na escola, local em que rege a pluralidade de corpos e identidades, permite-se que os temas que atravessam suas (sobre)vivências possam ser discutidos? Professorias também participam da formação humanitária de cada uma. Infelizmente, quando impedem que as questões de gêneros e sexualidade sejam tratadas nas escolas, as crianças têm seus conhecimentos pautados nas famílias, que comumente é preconceituosa; na religião, que muitas ainda deslegitimam a existência dos corpos LGBTQIAP+; nas redes sociais, que, como concluiremos, também colaboram na promoção do desrespeito. Com isso, são perpetuados a violência e o sofrimento do grupo LGBTQIAP+ e comentários como a seguir ganham espaço, minimizando ainda mais o espaço de fala desse grupo e silenciando-o.

“O mal venceu mais uma vez. Não se tem mais paz nesse país com essa MILÍCIA LGBT, uma minoria, se impondo à força contra uma maioria. Tem algo errado aí”

O desejo de ser ouvido, respeitado, ter espaço dentro da sociedade brasileira, advindo do grupo LGBTQIAP+, na verdade, é um pedido de socorro, além da busca por dignidade, para conseguir sobreviver num país onde a morte de seus integrantes tem sido constante e massificada, num ambiente pelo qual a maioria se sente no direito de expor seu pensamento mesmo que seja para condenar, maltratar, agredir ou matar. Esse tipo de comentário ridiculariza a luta para que todes possam gozar dos mesmos direitos enquanto cidadanes e, claramente, expressa a homofobia que pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), desde 2019, é um crime e pode ser enquadrada conforme a Lei nº 7.716/89, a Lei do Racismo.

Contudo, falas desse tipo não são novidades e muitas vezes são sustentadas pelo fundamentalismo religioso que prega o ódio às pessoas LGBTQIAP+. Afinal, algumas religiões atuam como um mecanismo de dominação nas vidas dos indivíduos, ao tentarem colocar uma forma de comportamento, de vivência, como modelo a ser seguido intensificando a ideia de distanciamento de Deus para aqueles que fogem dos padrões expostos: a heterossexualidade é um dos padrões de vida comumente colocado por elas como cerne para a vida humana (Laionel Silva; Bruno Barbosa, 2016). A seguir se encontra um comentário que questiona argumentos fundamentados na bíblia, numa discussão sobre editá-la para que não haja mais homofobia.

“Não tem livro mais editado que a bíblia, o que não falta é texto suprimido ou traduções sendo ‘adequadas’ a interesses escusos. Só existem os chamados ‘apócrifos’ pq estes não se adequaram a narrativa que a igreja queria manter. Pra completar, os evangélicos fizeram outras ‘adequações’ e retirada de livros e textos. (...)”

Frequentemente, para justificar o preconceito destinado às pessoas LGBT-QIAP+ es religiosas usam dogmas da igreja e trechos bíblicos que mostram Deus abominando homossexuais, também disseminam a ideia de cura da homossexualidade (Silva; Barbosa, 2016). À exemplo dessas justificações tem-se as colocações da Damares Alves (2014), ex-Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2019-2022) e atual senadora pelo Distrito Federal, que explicitamente mostra seu repúdio ao movimento gay e desprezo ao desejo e mobilização social acerca da criminalização da homofobia, por considerar, respectivamente, tal movimento como destruidor da família brasileira e que tal pedido de direito seja a instauração de poder sobre es cristanes, como se no Brasil estivesse havendo uma “ditadura gay”.

Por consequência, Silva e Barbosa (2016) explicam que es indivíduos que fogem da heteronormatividade se veem com a necessidade de se isolarem, esconderem quem verdadeiramente são, ou seja, daí surge a ideia do armário, um local no qual elus estão seguros, mas que é perturbador por não poderem se expressar livremente e ter que serem submetidos a situações em que as pessoas do seu entorno desconhecem sua verdadeira personalidade. Esses autores acrescentam que

As condutas religiosas dominantes contribuem para a perpetuação de um modelo que gera violências e discriminações às pessoas LGBT. Jogam fora as chaves que trancam as pessoas em seus próprios armários, transformam os corpos desses sujeitos, elegem modelos e excluem direitos. As religiões dominantes constroem discursos verbalizados e silenciosos que inscrevem na sociedade a continuação de um modelo normativo dominante (Silva; Barbosa, 2016, p. 151).

Diante desse cenário, é preciso estimular debates acerca das questões de gêneros e sexualidades nas escolas, a fim de possibilitar que esses espaços sejam seguros à diversidade de gênero e sexual que se faz presente. Assim, as instituições de ensino contribuem para a promoção do respeito e o gozo dos direitos das pessoas LGBTQIAP+. É nesse sentido que o próximo comentário, extraído de uma discussão, se encaminha.

“até agora não vi ninguém glamourizando... só vejo pessoas pedindo respeito, tentando levar EDUCAÇÃO sobre diversidade.”

Afinal, ninguém respeita aquilo que não conhece, e a melhor forma de combater o preconceito é assim mesmo: educação. Enquanto a sociedade ainda tratar as pessoas LGBTQ como “diferentes”, “erradas” ou “pervertidas”, precisaremos bater na mesma tecla e educar, até que finalmente seja (como vc disse) tratado com naturalidade.”

Nesse contexto, a pessoa que escreveu esse comentário estava se posicionando contra a ideia de que a proposta do garoto de fazer um trabalho com a temática LGBT seja glamourizar a homossexualidade, ao invés de naturalizá-la; defendendo fielmente o exercício da Educação como uma ferramenta capaz de ajudar na luta contra a LGBTfobia.

De fato, percebe-se que as instituições de ensino são fundamentais no processo de socialização, ou seja, são locais que possibilitam a compreensão das relações sociais (Juliane Bazzo; Eva Scheliga, 2020); normalmente, é o primeiro local em que os indivíduos têm contato com pessoas diferentes de seus costumes. Logo, o ambiente escolar é um dos melhores locais para praticar o respeito. Então, tratar temáticas LGBT dentro desse ambiente é uma forma de erradicar as padronizações feitas sobre as vidas dos educandos que fortalecem o padrão cisheterossexual e, conseqüentemente, os preconceitos destinados a população LGBTQIAP+: fomentando nelas a admiração pelas diferenças e, portanto, o respeito mútuo. Todavia, ao se tratar do que é responsabilidade da escola, como já explorado, muitas divergências surgem e, quando se junta escola e sexualidade, o debate se torna ainda mais intenso.

EDUCAÇÃO SEXUAL COMO GESTO DE RESISTÊNCIA

Mesmo que a LGBTfobia não seja “ensinada” pela família, é comum que adultos se caleem diante dos questionamentos acerca da sexualidade que as crianças fazem. Cristina Varela e Sonia Melo (2015) explicam que, isso se dá muitas vezes por considerarem que as crianças são isentas da sexualidade, haja visto que essas aprenderam a associar a sexualidade com algo sujo e negativo ao mesmo tempo que entendem as crianças como seres angelicais e puros. Em consonância, Paula Ribeiro e Juliana Rizza (2013) apontam essa noção como uma das dificuldades para a efetivação do ensino para a sexualidade nas escolas, afinal, ainda é muito comum a crença em que tratar as questões que envolvem a sexualidade irá promover a iniciação precoce da vida sexual.

Assim dizendo, obstina-se um grande preconceito por parte das famílias sobre a educação sexual, uma vez que para tais isso significaria ensinar sexo para as crianças e estimulá-las a terem relações sexuais. Dessa forma, com uma

perspectiva errônea sobre a educação sexual, muitos acreditam que a escola não é um local para que as questões de gêneros e sexualidade sejam trabalhadas e discutidas. Essa noção é vista no levantamento discutido nesse artigo, em que ao menos 17 comentários diretamente problematizam esse debate no ambiente escolar ou profere a ideia de que a temática LGBT deve ser abordada somente pela família. Com esse tipo de pensamento, é comum que professoras se sintam intimidades para trabalharem com essa temática em sala de aula e acabam voltando o ensino de sexualidade – quando ocorre – para a perpetuação do discurso relacionando-a com “família-reprodução” (Ribeiro; Rizza, 2013).

Contudo, Varela e Melo (2015) explicam que no cotidiano estamos num processo constante de educação sexual, sendo influenciadas pelas diversas linguagens que nos rodeiam, inclusive a midiática. Assim,

Refletir sobre a vivência da sexualidade infantil no seu contexto de relações passa por observar diferentes exemplos do cotidiano, pois a criança interage e aprende não somente com seus pais e familiares próximos, mas também na escola com seus colegas e professores, na rua com outros tipos de relações que se estabelecem também por meio da mídia que a cerca. Nesse interim o “não” diálogo intencional sobre a sexualidade com essa criança, sem que ocorra uma intervenção sensível de um adulto dialogando com ela sobre o que lhe está sendo comunicado por essas mídias, deixa-a completamente sozinha para testar, conhecer e aprender ou desaprender sobre sua sexualidade, frente a esses estímulos plenos de mensagens (Varela; Melo, 2015, p. 345).

Ademais, como explorado nesse artigo, as redes sociais estão repletas de conservadorismos, que se contrapõem às (sobre)vivências LGBTQIAP+ e, portanto, esses espaços ecoam o desrespeito, as violências, a discriminação, a LGBTfobia. Em nosso levantamento, 26 comentários são diretamente homofóbicos ou reverberam estigmas associados a população LGBTQIAP+. Logo, sendo conhecido que as mídias sociais estão exercendo grande poder nas tomadas de decisão e na propagação de discursos, quando e indivíduo for buscar informações acerca de assuntos que envolvem as pessoas LGBTQIAP+, essa pode ser nocauteada com os preconceitos que aproveitam tais veículos de informações para se propagarem.

Dessa maneira, para garantir que todes possam ter conhecimento verídico acerca das sexualidades e promover, com isso, uma luta contra os preconceitos destinados às pessoas LGBTQIAP+, a escola “(...) mediante suas atividades de ensino e aprendizagem, deve deixar de reproduzir padrões normativos preconceituosos excludentes, para, ao contrário, priorizar o acolhimento a todas as formas de diversidade, inclusive a sexual” (Jessica Casali, 2020, p. 25). Felizmente, no

nosso levantamento foram levantados 51 comentários favoráveis à proposta do garoto ou que apresentavam/acreditavam na escola como um espaço para que as questões de gêneros ou sexualidade sejam trabalhadas.

Sendo assim, considerando que além de “(...) *agentes culturais*, os professores são também, inevitavelmente, *agentes políticos*” capazes de possibilitar a mobilidade e ascensão social (Antônio Nóvoa, 1992, p. 17, grifo do autor), evidencia-se a necessidade de refletir sobre uma Educação que possa romper com as hierarquias, que também se fazem presentes nas salas de aulas tradicionais, que dão maior voz e espaço a homens e pessoas cisgênero e heterossexuais. Diante disso nos deparamos com a Pedagogia Feminista. Aqui

A voz do/a professor/a, fonte da autoridade e transmissora única do conhecimento legítimo, é substituída por múltiplas vozes, ou melhor, é substituída pelo diálogo, no qual todos/as são igualmente falantes e ouvintes, todos/as são capazes de expressar (distintos) saberes. [...] Como consequência, há a expectativa de que a competição ceda lugar à cooperação, levando a uma produção de conhecimento coletiva, colaborativa, apoiada na experiência de todos/as (Guacira Louro, 2003, pp. 113 – 114).

Apesar de ser voltada destacadamente para a questão do machismo, essa pedagogia se aplica bem aos demais casos de preconceitos e silenciamentos destinado às pessoas que, sem lugar de fala respeitado nas escolas, têm de se calar. A partir de um espaço seguro que estabeleça o respeito pela diversidade e a oportunidade de fala dos diversos grupos sociais, como cita Louro (2003), podemos pensar em uma construção mais equilibrada da comunidade, uma vivência que respeite as diferenças de cada indivíduo e lhes ofereça as mesmas oportunidades. Desse modo, é estimulada a fala daqueles que estão em estado de mutismo por acreditarem que seus saberes não são relevantes; sendo uma maneira de propiciar formas/mecanismos para que a voz, não só da população LGBTQIAP+ como a de outros grupos minoritários, seja escutada e reverberada, ecoando o respeito à diversidade.

Destarte, entendendo a educação sexual como uma medida pedagógica e educativa que trabalha positivamente as questões que envolvem gêneros e a sexualidade e, portanto, estimula a vivência positiva das identidades do corpo discente; atua na prevenção de violências sexual, de gênero e de outras categorias; constrói um espaço fidedigno para sanar as curiosidades sobre essa temática; a autora e autores desse artigo acreditam que a educação sexual é um gesto de resistência frente a LGBTfobia que circunscreve a escola. Por conseguinte, a partir

dela é possível esperar uma sociedade mais justa e respeitosa para com as pessoas LGBTQIAP+.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se um grande avanço na proliferação de pensamentos pessoais na atualidade, devido às redes sociais, nas quais os comentários feitos impõem um caminho para disseminação da LGBTfobia, a sua perpetuação. À vista disso, as redes sociais passaram a ser um veículo não fidedigno, em algumas instâncias, para a busca de conhecimento sobre a população LGBTQIAP+, uma vez que essa busca pode significar o acesso à estigmas que lhes são associados.

Para mais, com o gesto analítico e interpretativo acerca de comentários levantados para esse trabalho, se responde que na sociedade brasileira ainda há a presença de discursos conservadores que prezam pela discriminação da população LGBTQIAP+, violentando-a por fugir dos padrões criados histórica e socialmente, esporadicamente sustentados pelas religiões. Da mesma forma, ainda é comum noções que colocam a escola como um local não apropriado para discutir as questões de gêneros e sexualidade: isso se confirma também com os desdobramentos na escola, a partir de uma representante/gestora, após a sugestão de um aluno em fazer um trabalho com a temática LGBT, conforme nos conta as notícias estudadas, demonstrando a presença da LGBTfobia inscrita nesse ambiente.

Ao mesmo tempo, notoriamente houve comentários favoráveis à uma Educação capaz de assegurar a permanência da diversidade de gênero e sexual no cotidiano escolar. Isso mostra a necessidade de alçar debates com a comunidade externa e interna aos muros das instituições de ensino, a fim de elucidar a substancialidade da escola na formação cidadã e, portanto, na promoção do respeito à pluralidade de corpos, identidades de gênero e orientações sexuais; romper com as falsas interpretações sobre a educação sexual; construir um espaço seguro para as vivências positivas das identidades no cotidiano escolar e social; combater a LGBTfobia.

REFERÊNCIAS

ALVES, Damares. **Criminalização da homofobia - Pra. Damares Alves (Parte 4)**. Palestra apresentada pela Damares Alves, 2014 (18 min 28 seg). Publicado pelo canal Arolde de Oliveira. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sLqwZMjRcio>. Acesso em 25 out. 2023.

BAZZO, Juliane; SCHELIGA, Eva. Etnografias em contextos pedagógicos: alteridades, agências e insurgências. **Campos - Revista de Antropologia**, [S.l.], v. 21, n. 2, p. 11-27, dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/79672>. Acesso em 22 out. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 25 out. 2023.

CAMINADA, Thiago Amorim. **Erro jornalístico nos comentários das redes sociais**: interações entre leitores e veículos. 2015. 202 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/157346>. Acesso em 25 out. 2023.

CASALI, Jessica Pereira. **“A escola ignora essas questões”**: o silêncio em relação à diversidade sexual e as discriminações contra a população LGBT no ambiente escolar. 2020. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá. Disponível em: <https://ppqecpan.ufms.br/files/2020/11/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Jessica-Pereira-Casali.pdf>. Acesso em 25 out. 2023.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução por Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MORAES, João Antonio de. **O Paradigma da complexidade e a Ética informacional**. Campinas: UNICAMP, Centro Lógica, Epistemologia e História da Ciência, 2019.

NÓVOA, António. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, António (Org.). **Profissão Professor**. Lisboa: Porto Editora, 1992. p. 13-34.

Sexualidade: papo de criança na escola? Sim!!!. RIBEIRO, Paula Regina Costa; RIZZA, Juliana Lapa (Orgs.). 2 ed. Rio Grande: Editora da FURG, 2013. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/6562>. Acesso em 25 out. 2023.

SILVA, Laionel Vieira da; BARBOSA, Bruno Rafael Silva Nogueira. Sobrevivência no armário: dores do silêncio LGBT em uma sociedade de religiosidade heteronormativa. **Estudos de religião**, v. 30, n. 3, p. 129-154, 2016. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/6309>. Acesso em 25 out. de 2023.

SOUZA, Yulian Lopes de; MOREIRA, Raquel Veggi; CABRAL, Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de. **A influência das redes sociais digitais na homofobia**. Anais do Encontro Virtual de Documentação em Software Livre e Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online, v. 7, n. 1, 2018: VII Anais do Evidosol/Ciltec (Edição 2018). Disponível em: <https://ciltec.anais.nasnuv.com.br/index.php/CILTecOnline/article/view/1044>. Acesso em 25 out. 2023.

TOMAZ, Lurdes; OLIVEIRA, Rita de Cássia. **A educação e a formação do cidadão crítico, autônomo e participativo**. [2009]. Disponível em: <http://www.diaa-diaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1709-8.pdf>. Acesso em 16 de jul. de 2021.

VARELA, Cristina; MELO, Sonia Maria Martins de. Educação sexual, crianças e mídias: algumas reflexões. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 10, n. 2, p. 341-356, abr./jun., 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6346>. Acesso em 22 out. 2023.